

A seca, o desenvolvimento e a emancipação da dominação capitalista, artigo de Paulo Rubem Santiago

Recife, 27 de janeiro de 2017 – Centro de Educação da UFPE

Somos uma república federativa. Nos três níveis da vida pública brasileira, União, Estados e Municípios, multiplicam-se órgãos da administração direta e indireta, instituições de pesquisa, formação de profissionais, crédito e fomento. Ao lado dessas ferramentas e saberes institucionais, a população nordestina, em especial a que vive no semiárido, acumulou por séculos inúmeras vivências, práticas de organização e produção, manejo de recursos hídricos, tanto em tempos normais como naqueles de escassez. Entretanto, os poderes públicos não fizeram a sua parte. A oferta de bens públicos essenciais à prosperidade dessas populações sempre foi precária. O abastecimento de água potável, por décadas e décadas, foi instrumento de poder, com carros pipa cortando as estradas entre as cidades e dessas para seus distritos rurais e sítios, sob o comando de vereadores, prefeitos e deputados estaduais. A distribuição de sementes idem. A garantia de acesso à educação e a permanência na escola jamais chegou à universalização com qualidade.

Óbvio, para o velho modelo herdado da colonização, a exploração do latifúndio não necessitava da escolarização ampliada para as populações rurais, muito menos para as comunidades quilombolas. Isso é de tal modo grave que até hoje, em pleno século XXI, com o nordeste registrando indústrias, montadoras de veículos, fruticultura irrigada no São Francisco e outras peças de um sistema capitalista integrado ao resto do país e do mundo, com as Universidades Federais tendo chegado a imensos territórios antes abandonados pelo ensino superior, ainda assim, metade do total de analfabetos do país se encontra nessa região, que expressa apenas 28% da população brasileira, e seus indicadores de educação básica estão entre os mais precários do país. Com isso a perversa combinação de avanços e abandonos, ação e omissão do estado, há séculos, causa às populações nordestinas do semiárido a perpetuação de longos e drásticos períodos de sofrimento, perda de bens, de vidas humanas, de animais e patrimônio, sobretudo com as secas que vem ocorrendo nos últimos anos, as piores em mais de sessenta anos.

Com a transposição do São Francisco, ainda inconclusa, garantiu-se que o fenômeno climático seria definitivamente contornado. Porém, ainda nos dias de hoje, observamos a continuidade de ações de “combate” à seca, velha e ineficiente prática governamental vigente há décadas na região. O que vemos agora é que se esperam dias, semanas e meses duros pela frente, quiçá anos, ante os indícios de novo período de estiagem prolongada. Uma vergonha. O total de órgãos federais, estaduais e municipais voltados à agricultura, assistência técnica, extensão rural, manejo de recursos hídricos, pesquisa e crédito agrícola no país chega aos milhares. Não há um município fora das regiões metropolitanas no nordeste que não tenha, no mínimo, uma secretaria de agricultura, havendo estados que, além disso, administram ainda outras para recursos hídricos, reforma agrária etc. Seus orçamentos somados superam em muito o orçamento de grandes cidades e, diria até, de estados menores do país. Por que não funcionam? Por que seus planos de trabalho não se efetivam no interior dos planos plurianuais, nas leis de diretrizes orçamentárias e nos orçamentos anuais da União, dos Estados e Municípios? Por que seus projetos agrícolas e fundiários não dialogam com projetos educacionais nas bases municipais, contextualizados? A resposta é simples. Não funcionam porque não há interesse na base do sistema de dominação vigente no país e nessas regiões em se promover a emancipação e a autonomia dessas populações.

A dependência é a base da compra do voto com carros pipa, doação de sementes, o uso de máquinas agrícolas para abertura ou conservação de estradas vicinais, recuperação de pequenos açudes, nada que, porém, represente a superação em definitivo da submissão do homem aos fenômenos climáticos conhecidos. A propriedade fundiária não é democratizada sem a reforma agrária. Os fundos financeiros disponíveis são manejados pelos grupos de poder locais e regionais, os mesmos que manipulam as indicações de gerentes, gestores, secretários e dirigentes de órgãos federais e estaduais na região de modo a servirem às suas estruturas de poder.

Por outro lado, nos governos do PT, a ampliação e execução das políticas de transferência de renda, com o Bolsa-Família em especial, sem estarem acompanhadas de reformas estruturais na gestão desses órgãos, dos recursos hídricos e demais insumos (crédito, terra, extensão rural efetiva), gerou uma acomodação às velhas estruturas de poder na região. O que esperar de políticas emancipatórias para o nordestino do campo, das comunidades quilombolas, indígenas e do semiárido com aliados estaduais e nacionais dos governos de plantão, desde o fim da ditadura militar em 1985, há anos militando do time das oligarquias, controlando verbas, cargos nos ministérios e empresas públicas na região, como a Codevasf, Sudene, o Dnocs e outras?

É hora de se reverterem esses vetores, de se construírem, a partir das comunidades locais e regionais, novas estratégias de enfrentamento da estiagem prolongada que se anuncia, mas, sobretudo das velhas estruturas de poder e decisão acerca da execução de programas e aplicação de verbas. Lembro que, em levantamento que fiz anos atrás, publicado no artigo “Seca: A calamidade é outra”, os principais programas federais para a região e seus desafios na área de recursos hídricos tinham execuções orçamentárias ridículas, com o maior deles chegando a, apenas, 21% do total da dotação vigente.

Isso significa que é hora de serem organizadas manifestações e ocupações nas estradas, nas sedes de bancos públicos na região, na SUDENE, nas Secretarias Municipais e Estaduais de Agricultura, Recursos hídricos e reforma agrária, bem como de educação, pela efetivação dos planos municipais da área, para que os recursos sejam articulados em projetos comuns, as leis orçamentárias efetivamente executadas e monitoradas, as metas sociais sejam aferidas regularmente, em educação, saúde, infraestrutura produtiva e social (habitação, extensão rural, abastecimento de água, estruturação de bancos de sementes, disponibilidade de máquinas agrícolas), além da retomada dos projetos de reforma agrária na região e, de resto, em todo o país.

O capitalismo internacional ao qual estamos vinculados quer fazer do país um eterno produtor de monoculturas, se possível até com a internacionalização de terras em nosso território, seja para especulação financeira na condição de commodities, seja para abastecer as populações europeia, asiáticas e da América do Norte, com grãos e proteína animal. Com isso, internamente, manipulam-se verbas, impõem-se projetos de infraestrutura (portos, ferrovias, rodovias) para assegurar o adequado escoamento dessa produção, sem que o bem-estar das populações dos territórios atingidos seja colocado em primeiro plano. Nesse processo, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, povos tradicionais, culturas agrícolas e práticas de subsistências são atropeladas, violentadas, em nome do “progresso”, dos caminhos de ferro e dos grandes negócios voltados ao mercado externo. Modelo perverso, concentrador de riquezas públicas e privadas. Reprodução da matriz dos séculos XVI a XIX, onde o centro comandado pelas grandes potências colonialistas tutelou o resto do mundo drenando-lhe riquezas minerais, o ouro e a prata do México, Colômbia, Bolívia, Peru e demais países colonizados pelo império espanhol, e as demais riquezas que daqui nos levaram e ainda levam, antes em grãos, ouro, pau-brasil e pedras preciosas, hoje mais ainda em petróleo, remessas de lucros não tributáveis e juros da dívida pública pagos aos fundos financeiros e demais credores internacionais.

O convívio emancipador frente à seca, como se pode observar, é parte, portanto, de um plano de lutas mais amplo, integrado, unificando trabalhadores do campo e das cidades, por um conjunto de políticas que transformem as bases da riqueza e da gestão pública do estado, da produção e distribuição das riquezas privadas, com ênfase em políticas de estabilidade e pleno emprego, educação pública de qualidade para todos, sobretudo contextualizada, ensino superior, pesquisa, ciência e tecnologia, saúde e sistemas de proteção social e seguridade universais, tributação progressiva. Enfim, um projeto anticapitalista por sua essência e que deverá ser ancorado em articulações de caráter regional, na América do Sul e América Latina, bem como com coletivos, fóruns e organizações de trabalhadores europeus, asiáticos e africanos.

Nada a se espantar com a dimensão disso. Afinal, os capitais se articulam, circulam e se reproduzem internacionalmente. Donald Trump quer erguer um muro na fronteira dos Estados Unidos com México, mas os capitais circulam na velocidade das ordens eletrônicas entre bancos e fundos financeiros mundiais, sem barreiras, derrubando moedas locais, presidentes, nomeando ministros de fazenda e de bancos centrais para que as estruturas decisórias na economia, ainda que de países isoladamente considerados, sirvam, globalmente, aos interesses do capital. Façamos, pois, o dever que nos cabe no caminho histórico da emancipação dos seres humanos das estruturas de dominação e escravidão modernas.

Paulo Rubem Santiago – Professor da UFPE